WILSON RICARDO LIGIERA

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO
E O CONSENTIMENTO INFORMADO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR: PROF. DR. ÁLVARO VILLAÇA AZEVEDO

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO – 2009

WILSON RICARDO LIGIERA

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO
E O CONSENTIMENTO INFORMADO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Direito.

Área de concentração: Direito Civil.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Villaza Azevedo.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO – 2009

RESUMO

Esta dissertação tem por objeto o estudo da responsabilidade civil dos médicos, tema que tem despertado o interesse da sociedade desde os tempos mais remotos. O ser humano, em decorrência de sua fragilidade e suscetibilidade a doenças e ferimentos, sempre precisou recorrer àqueles que, por vocação, curiosidade ou mesmo charlatanismo, apresentavam-se como detentores da arte de curar. Dependendo, porém, da atuação do médico, o tratamento empregado podia proporcionar ao paciente o restabelecimento de sua saúde ou, por outro lado, se realizado com a falta de cuidados e conhecimentos necessários, até conduzi-lo à morte. Outrossim, desde a antiguidade procuraram-se estabelecer os critérios de responsabilização do profissional de saúde e o fundamento de eventual reparação. Com a evolução dos direitos humanos, o paciente abandonou a posição de mero objeto da intervenção médica para assumir a posição de sujeito de direitos. Entendeu-se que a intervenção no corpo de uma pessoa só poderia ser realizada depois de obtida sua autorização. Os estudos bioéticos destacaram o princípio da autonomia do paciente, fazendo surgir a chamada “doutrina do consentimento informado”. O presente estudo considera os rumos que a responsabilidade civil dos médicos tem tomado nos últimos tempos, em especial diante do desenvolvimento desses novos conceitos. Analisa a espécie de obrigação assumida pelo profissional de saúde e as conseqüências do seu inadimplemento, levando-se em conta, principalmente, o direito que cada pessoa tem de decidir a respeito do tipo de tratamento ao qual deseja ou não ser submetida, após receber do médico as devidas informações acerca das diversas opções terapêuticas, bem como de seus possíveis riscos e benefícios. Consiste numa ampla pesquisa bibliográfica, com a busca e a análise de livros e artigos doutrinários, nacionais e estrangeiros, bem como numa investigação jurisprudencial em *sites* de Tribunais e revistas especializadas. Considera a necessidade da justa reparação dos danos médicos causados, visando sempre o maior respeito aos direitos do paciente, na busca pela valorização da vida, da liberdade e da dignidade do ser humano.

Palavras-chave: Responsabilidade. Médico. Paciente. Consentimento. Informação.

INTRODUÇÃO

A responsabilidade civil do médico tem sido objeto de freqüente análise por parte dos pesquisadores da área jurídica. Inúmeros estudos têm sido realizados sobre o tema, considerando-se os mais diversos aspectos da prática da Medicina que repercutem no universo do Direito. O interesse no assunto cresce a cada dia, à medida que aumenta o número de demandas judiciais movidas contra os profissionais de saúde.

A crescente responsabilização dos médicos, por sua vez, deve-se a uma série de fatores que têm afastado o caráter inatingível de tais profissionais. Dentre os principais motivos do incremento das ações de indenização por *mala praxis*, está a desmistificação da figura do médico. Outrora visto como infalível semi-deus, o profissional da saúde é hoje encarado como um prestador de serviços que, a despeito da natureza nobre de sua profissão, deve responder pelos danos causados aos consumidores em virtude do vício ou defeito relativo à execução de sua atividade.

Outro fator que tem influenciado enormemente o acréscimo de lides pelos chamados erros médicos é a mercantilização da Medicina. A falência do sistema público de saúde e a conseqüente necessidade de contratação de planos e convênios médicos têm transformado a arte da cura em mero objeto de consumo, atrelado ao poder aquisitivo do paciente, desprezando-se a sacralidade da vida e monetizando a saúde do ser humano.

Com o desaparecimento do antigo médico de família, amigo e conselheiro, e o alargamento da intermediação dos serviços de saúde, tem havido uma constante deterioração da relação entre médico e paciente. O tempo de consultas e a atenção pessoal dedicada ao doente tornam-se cada vez mais escassos, mecanizando o processo de atendimento. Conseqüentemente, a atuação do profissional de saúde passa a ser alvo de desconfiança e questionamentos.

Associada a essa série de transformações sociopolíticas, éticas e culturais, ocorridas nos últimos anos, a maior conscientização da sociedade acerca de seus direitos também tem resultado no aumento progressivo da busca por melhor qualidade de atendimento, ocasionando maior cobrança por parte dos cidadãos quanto aos resultados dos serviços médicos a eles prestados.

Não bastasse o elevado número de processos inevitáveis, referentes a lides que clamam por uma solução, há ainda aqueles promovidos por pessoas de má-fé que, acobertados pelo resguardo da justiça gratuita, parecem entregar-se a devaneios, abalançando-se em aventuras judiciais em busca de indenizações milionárias, como se caçoassem do Poder Judiciário, rissem dos réus inocentes e desfrutassem do prazer da mais remota possibilidade de um enriquecimento injustificado.

Enquanto isso, muitos pacientes realmente lesados por erro médico acabam deixando de buscar a justa reparação, refreados pela dificuldade de conseguir provar a culpa do profissional e não raro com receio de ter seu pedido julgado improcedente, o que resultaria em, além de não serem indenizados, ainda terem que arcar com o pesado ônus da sucumbência.

Movida mais pelo receio do aumento assustador do número de processos do que por idealismo, a própria classe médica passa a exercer profunda participação na busca pelo maior respeito ao paciente.

Concomitantemente, a Bioética exsurge no cenário mundial e assume papel cada vez mais relevante, dando ênfase à autonomia do paciente. Nasce, outrossim, a doutrina do “consentimento informado” (*informed consent*), também chamado de “consentimento esclarecido” (*consentement éclairé*).

No Direito comparado, especialmente no francês e no anglo-americano, encontramos as principais fontes de onde se originam as diretrizes gerais da teoria do consentimento informado que, paulatinamente, passa a atrair a atenção de juristas, profissionais de saúde e filósofos de diversos países.

A expressão “consentimento informado”, ainda que não a mais apropriada, passa a ser utilizada para definir a vontade jurídica do paciente, manifestada após ter recebido dos médicos as devidas informações sobre os possíveis benefícios e riscos do tratamento proposto.

O consentimento informado pressupõe, destarte, o fornecimento dos devidos esclarecimentos, por parte do facultativo, acerca dos diversos recursos disponíveis e das mais variadas opções terapêuticas, a fim de que o paciente possa livremente escolher o tratamento que deseja, consentindo ou não no procedimento proposto, visando à aplicação

da terapia mais harmoniosa com sua dignidade como ser humano e sua integridade física e psíquica.

No Brasil, o direito do paciente à informação adequada recebe maior destaque quando ele passa a ser tratado como consumidor dos serviços de saúde, sendo-lhe devidos todos os esclarecimentos sobre as características e riscos de cada tratamento.

Contrariamente ao que a usual denominação “paciente” procura sutilmente impor-lhe, a pessoa enferma não mais aceita representar o antigo papel de ser resignado, inerte, conformado, tolerante, passivo. Afasta-se da posição de objeto do tratamento médico para assumir a postura de verdadeiro sujeito de direitos e obrigações, participante ativo dos processos diagnóstico e terapêutico. Insurge-se contra a relação vertical e submissa de outrora, reivindicando o direito de participação significativa, ao lado do médico, na tomada de decisões e na busca pela cura ou minoração do padecimento.

Todas essas transformações vão ao encontro dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, no sentido de proteger não somente a vida, mas também a liberdade e a dignidade da pessoa humana.

O cidadão livre precisa ter o controle de sua própria existência, tomando decisões conscientes acerca de sua saúde. Isso envolve o direito de escolha do tratamento médico que considera mais adequado à sua vida, o que, por sua vez, requer a obtenção das informações necessárias à livre manifestação de sua vontade.

O direito ao consentimento engloba, obviamente, o direito de não consentir, como decorrência lógica da liberdade e autonomia do cidadão. Com efeito, se a anuência do doente ao tratamento há de ser livre e esclarecida, não pode ele ser constrangido a aceitar o procedimento médico preconizado. Caso contrário, não estaríamos falando em consentimento, mas em coerção.

Indubitavelmente, há casos emergenciais nos quais o doente não reúne as condições mínimas necessárias para externar sua vontade. Em algumas hipóteses de morte iminente, esperar que fizesse isso significaria, para o médico, observar inerte o falecimento daquela pessoa. Entretanto, tal situação não pode ser analisada com extremo simplismo. O fato de um médico considerar um caso como urgente não constitui justificativa suficiente para

extirpar do paciente seu livre-arbítrio, tolhendo por completo seus direitos e poder de escolha, bem como a possibilidade de obter uma segunda opinião de outro profissional.

Pode haver situações em que, a despeito da gravidade do quadro clínico, o paciente esteja consciente e apto a tomar decisões responsáveis e consentâneas à completude da autodeterminação de sua existência. Ou, então, pode ocorrer que, embora ele esteja incapacitado de externar sua vontade num determinado momento, outrora já tenha expressado seu desejo de ser tratado de determinada forma, recusando certo procedimento ou optando por algum meio menos agressivo à sua condição de pessoa humana, considerada na sua integralidade.

O maior dilema, porém, surge nas hipóteses em que a recusa de determinado procedimento possa agravar o estado de saúde do paciente ou provocar-lhe a morte. Tal problemática relaciona-se com questões de alta complexidade. Pode o paciente, por exemplo, recusar um tratamento que seja considerado essencial à manutenção de sua vida? Até onde vai o direito do paciente de aceitar ou recusar um determinado tratamento médico? Pode o profissional de saúde agir sem que o paciente consinta? Em caso de divergência de opiniões, qual delas deve prevalecer? Como conciliar o dever do médico de atuar, a fim de não cometer o crime de omissão de socorro, com o direito do paciente de recusar o tratamento? E que dizer da situação em que o próprio paciente também é médico? Tendo maior conhecimento, poderia exigir que sua vontade prevalecesse? Não deveria ser dado, a todo paciente, o mesmo direito de escolha, após o fornecimento das informações necessárias? Em que momento cessa a capacidade da pessoa de decidir acerca das questões que envolvem sua saúde e seu próprio corpo e, neste caso, quem deve decidir por ela? Qual a responsabilidade do profissional diante da recusa, pelo paciente, de determinado procedimento, quer o realize, quer deixe de realizá-lo? No tocante às informações, qual o seu conteúdo, forma, momento de prestação e abrangência? Pode-se esconder do paciente determinadas informações? Os termos de consentimento informado podem exonerar o médico de responsabilidade pela ocorrência de danos? Enfim, como a ausência do consentimento informado pode influir na responsabilização do médico?

Em que pesem a relevância e atualidade do tema, bem como sua grande repercussão, não só na Medicina, mas também no Direito, o fato é que a bibliografia jurídica nacional ainda é, de certo modo, relativamente escassa. Ainda que a quase totalidade dos autores, ao tratar da responsabilidade médica, acabe mencionando a

importância do consentimento, não existem propriamente em nosso país muitos estudos detalhados sobre o assunto. No que tange especificamente ao consentimento informado, é preciso salientar que referido aspecto da relação médico-paciente ainda não é muito explorado, embora seja de suma importância, visto que, dependendo de tal fator, poderá o profissional médico ser ou não responsabilizado por sua conduta.

Por sua singularidade e relevância, considerando-se não só o crescente número de conflitos, mas também o fato de que a escolha de tratamento médico encontra-se inserida no contexto mais amplo dos direitos fundamentais do ser humano, o assunto merece um exame mais aprofundado, sendo escolhido como objeto de pesquisa desta dissertação.

O presente estudo consiste numa ampla pesquisa bibliográfica, com a busca e a análise de livros e artigos doutrinários, nacionais e estrangeiros, acerca do papel do consentimento informado na responsabilidade civil do médico.

Partindo da análise e confronto das informações colhidas, por meio do raciocínio silogístico, busca-se a conciliação entre a norma abstrata e os fatos ocorridos com maior frequência, a fim de facilitar a obtenção de um denominador comum que possibilite a pacificação dos conflitos.

Com a utilização do método dedutivo, pretende-se demonstrar até que ponto a violação do direito do paciente ao consentimento informado repercute na responsabilização do profissional.

Para atingir esse desiderato, o presente trabalho atenta para os inovadores rumos que a responsabilidade civil médica tem tomado ultimamente. Aborda, em especial, sua relação com a Bioética e a doutrina do consentimento informado, analisando as futuras perspectivas que se abrem perante a evolução e o conseqüente acolhimento desses novos conceitos. Engloba, ainda, um estudo minucioso dos direitos que o paciente possui de ser devidamente esclarecido acerca de seus problemas de saúde, alternativas de tratamento, riscos e benefícios envolvidos, a fim de que possa tomar uma decisão livre e consciente.

Primeiramente, é analisada a responsabilidade civil médica, considerando-se não só sua evolução histórica, natureza e pressupostos, mas também algumas das principais questões controvertidas acerca do tema, como a espécie de obrigação assumida, se de

meios ou de resultado, bem como o fundamento da responsabilidade, se subjetiva ou objetiva.

A seguir, são examinados os mais importantes direitos dos pacientes, conforme expressos nos principais diplomas legais. Verifica-se a importância da humanização da Medicina, haja vista que, com o avanço na defesa dos direitos humanos, torna-se cada vez mais imperioso o respeito ao indivíduo e à sua capacidade de decisão sobre as questões que envolvem sua própria saúde. Nesse contexto, analisa-se a doutrina do consentimento informado, como decorrência do direito do paciente à livre escolha de tratamento e qual elemento que confere legitimidade ao ato médico.

Por fim, verifica-se o papel que o consentimento informado pode exercer na responsabilização do profissional de saúde, considerando-se questões atinentes ao ônus da prova e ao dever de indenizar.

Trazendo atenção aos aspectos conflitantes existentes entre os principais dispositivos legais e éticos que tratam da questão, pretende-se averiguar se há a necessidade de a legislação brasileira avançar na regulamentação dos direitos do paciente, na busca do maior respeito pela vida, pela liberdade e pela dignidade do ser humano.

CONCLUSÃO

No decorrer desta pesquisa, foi possível verificar a evolução da responsabilidade médica, desde seus tempos mais remotos, até a atualidade.

Na antiguidade, não raro o médico era visto como detentor do dom divino da cura. Isso não significava, porém, que ele nunca fosse responsabilizado pelos resultados nefastos que sobreviessem ao paciente. Legislações antigas revelam que o esculápio, acusado de *mala praxis*, podia ser severamente punido, até mesmo com a perda da própria vida.

No decorrer dos tempos, à medida que a Medicina foi se desenvolvendo, o médico passou a ser cada vez mais enaltecido e respeitado, a ponto de ninguém ousar questionar sua supremacia científica, nem jamais procurar interferir na sua atuação.

Chegou a época em que o paciente tornou-se um mero objeto da atenção do facultativo. Não possuía nenhum poder de decisão e não tinha coragem de indagar acerca do que era ou não realizado pelo profissional.

Com o tempo, o estudo da responsabilidade civil trouxe à tona o princípio de que toda pessoa que causasse um dano a outra deveria indenizá-la, ainda que o prejuízo fosse sofrido pelo paciente em virtude da atuação médica. Como todos os mortais, o médico também passou a ser alvo de ações indenizatórias.

No entanto, ainda não havia grande conscientização acerca da pessoa como sujeito de direitos. O ser humano continuava a ser tratado como objeto da intervenção médica.

Em alguns períodos da história, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, foram realizadas experiências com seres humanos sem nenhuma preocupação ética, violando-se os direitos fundamentais e aviltando-se a profissão médica.

As atrocidades cometidas por alguns médicos em nome da ciência revelaram a importância da criação de mecanismos de proteção mais eficazes da pessoa humana em meio ao rápido avanço do desenvolvimento científico.

Constatou-se a necessidade de elaboração de preceitos éticos, os quais pudessem garantir que o ser humano nunca mais seria tratado como meio para a consecução de

descobertas científicas. Entre eles, destacaram-se os direitos humanos e o princípio da dignidade da pessoa humana, com a conseqüente valorização da sua liberdade e autonomia.

Surgiu, então, a doutrina do consentimento informado, que veio preconizar, primeiramente no campo da pesquisa e depois no da clínica médica, o direito da pessoa de não ser submetida a nenhum procedimento ou intervenção em seu corpo sem que antes lhe fossem fornecidos os devidos esclarecimentos acerca da natureza, finalidade, conseqüências, benefício, riscos e alternativas envolvidas, e sem que a pessoa desse seu livre consentimento.

A princípio, aplicada principalmente nos Estados Unidos, a doutrina do consentimento informado foi paulatinamente conquistando novos territórios. Em pouco tempo, foi adotada na Europa e em países da América Latina.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 veio sedimentar os direitos fundamentais da pessoa humana. Estabeleceu-se a inviolabilidade do direito à vida e do direito à liberdade, e a dignidade humana foi erigida a fundamento de nossa República Federativa.

Em 1990, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor veio assegurar o direito à plena informação acerca dos produtos e serviços oferecidos ao público pelos fornecedores que, conseqüentemente, passaram a ser responsáveis por indenização pelos danos causados aos consumidores.

Apesar da resistência da classe médica, o Poder Judiciário reconheceu a aplicabilidade do diploma consumerista às relações entre médico e paciente, protegendo este qual consumidor dos serviços médicos defeituosos por aquele prestados.

O Código de Ética Médica veio, também, reforçar o direito do paciente de decidir livremente acerca das medidas diagnósticas e terapêuticas a serem nele realizadas.

Em meio a tudo isso, o surgimento da Bioética permitiu o estabelecimento de uma relação interdisciplinar entre os diversos setores da sociedade, a fim de que se pudesse melhor refletir acerca da conduta ética no campo da Biomedicina.

Valorizou-se, assim, sobremaneira o princípio da autonomia, pelo qual o ser humano é o sujeito autônomo que tem o direito de decidir o que considera melhor para si mesmo e para sua vida, sem sofrer ingerências opressivas de quem quer que seja.

Em 2003, a entrada em vigor do novo Código Civil brasileiro trouxe a lume a consciência da valorização e proteção dos direitos da personalidade, dentre os quais, o direito à integridade física e psíquica.

O novo diploma civil estabeleceu a proibição de se constranger alguém a submeter-se a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica, fazendo surgir, pela primeira vez na legislação federal brasileira, o reconhecimento expresso do direito do paciente de recusar um tratamento médico indesejado.

Consagrou-se, assim, também em nosso país, o direito ao consentimento informado para tratamento médico. Foi reconhecido que o paciente tem direito a um tratamento digno e respeitoso por parte do profissional de saúde, bem como de receber informações claras e adequadas ao seu nível intelectual, a fim de que possa tomar uma decisão livre e esclarecida acerca do tratamento médico que mais lhe convém.

Ao mesmo tempo, reconhece-se que o próprio paciente, qual titular dos direitos fundamentais à vida e à liberdade, é o maior interessado na própria saúde, tendo o direito de compreender o que se passa com seu organismo e quais são as chances de cura de uma doença.

Embora com bastante timidez no início, a doutrina jurídica e posteriormente a jurisprudência foram reconhecendo a relevância do consentimento informado na proteção dos direitos do paciente e na responsabilização do profissional de saúde.

Com efeito, atualmente já se encontram inúmeras decisões dos Tribunais de Justiça e diversos estados da Federação, bem como do próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo o direito do paciente ao consentimento livre e esclarecido.

Por conseguinte, não restam mais dúvidas acerca da influência da doutrina do consentimento informado nos julgamentos de erros médicos.

Conforme demonstrado do curso deste trabalho, o consentimento na área médica assume duas facetas importantes: em primeiro lugar, ele é pressuposto de existência da própria relação contratual médica; em segundo, é elemento que confere liceidade à intervenção do profissional sobre o corpo do paciente.

Embora no passado tenha havido ampla discussão acerca da natureza da responsabilidade médica, se contratual ou extracontratual, hoje todos os questionamentos já foram, praticamente, superados. Não restam mais dúvidas de que a responsabilidade médica decorre, em regra, do inadimplemento de uma obrigação contratual, sendo que só excepcionalmente ela deriva da prática de um ato ilícito.

Não obstante a obrigação do médico ser considerada, de modo prevalecente, como contratual, a não consecução do resultado não implica automaticamente no dever de indenizar pelo descumprimento obrigacional.

Isso ocorre porque, ao assumir o compromisso, não de cura, mas de tratamento, a obrigação do médico é considerada como obrigação de meio (ou seja, de utilização dos meios adequados na busca do melhor para o paciente, mas sem garantia de resultado). Daí advém a necessidade de comprovação da culpa do facultativo para que haja o dever de indenizar, porquanto não há culpa presumida nessa hipótese.

Por exceção, a obrigação do médico pode ser considerada de fim, e não de meios. Os casos mais freqüentes dizem respeito à atuação do cirurgião plástico, especialmente na hipótese de cirurgia puramente estética.

Essa conclusão é questionada pela doutrina minoritária, sob a argumentação de que também nas cirurgias plásticas está presente o fator álea, motivo pelo qual o médico não pode se comprometer com um resultado específico.

Entretanto, a jurisprudência tem sido firme em reconhecer a obrigação de resultado do cirurgião plástico, principalmente quando se evidencia que as informações prestadas pelo profissional levaram o paciente a crer que não haveria risco e que o resultado seria alcançado.

Percebe-se, nesses casos, a aplicação prática da doutrina do consentimento informado. Já se encontram, aliás, decisões que confirmaram a condenação do médico, embora não estivesse presente a prova da culpa, mas com base na ausência de informação.

Esses fatos reforçam a nossa tese de que uma das principais conseqüências práticas da doutrina do consentimento informado consiste em transformar uma obrigação que inicialmente era de meio em uma obrigação de resultado.

Indo mais além, pode-se afirmar até que, de certo modo, a ausência do consentimento pode fazer com que uma responsabilidade subjetiva seja tratada como se fosse objetiva. Nesse sentido, a reparação dos danos resultantes do descumprimento do dever de informação já foi considerada como responsabilidade objetiva.

Diante de todos esses fatores, conclui-se que o consentimento informado apresenta-se como importante instrumento a ser utilizado pelo magistrado no julgamento das ações de responsabilidade civil médica. Verificada a falta de informação adequada, deve o juiz inverter o ônus da prova da culpa, como, aliás, permite o Código de Defesa do Consumidor.

Pode ser argumentado que não há necessidade de se utilizar tal recurso, visto que o diploma do consumidor permite essa inversão independentemente de a obrigação assumida ser de meio ou de resultado. Nesse sentido, já se defende o abandono da classificação preconizada por Demogue.

Entendemos que tudo se resume a diferentes fundamentos para a resolução de um mesmo problema, da mesma forma que se podem tomar vários caminhos para chegar à mesma solução. Alguns, porém, são mais longos, outros mais curtos.

À guisa de exemplificação, mencione-se a hipótese em que uma paciente, por falta de informações adequadas, concorda em submeter-se a uma determinada cirurgia estética, da qual lhe advêm danos. Diante da dificuldade da comprovação pela paciente da culpa do médico, duas possibilidades se abrem ao julgador. Se abandonada a distinção entre obrigação de meio e de resultado, pode o juiz aplicar a inversão do ônus da prova, com base no artigo 6.º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, tendo por fundamento a verossimilhança da alegação ou a hipossuficiência da paciente. Por outro lado, se considerado que houve falta de informação adequada, disso decorrerá uma obrigação de resultado e, conseqüentemente, a colocação do ônus da prova sobre o médico.

Qualquer que seja o fundamento utilizado, o resultado será o mesmo: sobre o profissional recairá o dever de provar que não agiu com culpa — o que se nos apresenta como mais justo, visto que, em geral, é muito mais fácil para o médico conseguir demonstrar que um determinado não foi atingido por uma causa natural do que a paciente ter que comprovar uma atuação negligente, imprudente ou imperita do profissional.

Diante dessa conclusão, poderia parecer que a doutrina do consentimento informado é desnecessária para a justa reparação, pois a mesma consecução resultaria da aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Não nos esqueçamos, porém, que a própria utilização do diploma consumerista também não passa de uma aplicação da doutrina do consentimento informado. Afinal, se há uma hipossuficiência, isto também se deve à falta de informação adequada e, ademais, o próprio Código do Consumidor, ao estabelecer o dever de informação também ao profissional liberal (art. 6.º, III), adota, de certo modo, a idéia do consentimento informado. Entretanto, o consentimento informado produz uma vantagem adicional à paciente: possibilitar a reparação mesmo que provado não ter havido culpa do profissional, ou seja, pela simples ausência da informação, em si.

Não pretendemos, porém, com essa argumentação, insistir na utilização de uma ou de outra teoria, mas apenas constatar que, por onde quer que se olhe, a importância do consentimento informado está sempre presente.

Ainda que não ingressássemos nessa seara, há outro campo em que o consentimento informado se faz igualmente, ou mais, relevante: o da defesa da autonomia e da dignidade da pessoa humana. O sujeito autônomo deve poder conduzir seu próprio destino, devendo ser-lhe proporcionado um conjunto de informações necessárias e adequadas ao seu estado clínico. Pode aceitar ou recusar procedimentos, sem ter que justificar sua decisão.

Embora não raro sejam impostos limites ao consentimento informado, especialmente em hipóteses de risco de vida, entendemos que isso viola a dignidade da pessoa humana. O fato de a vida de alguém estar em perigo não implica, automaticamente, em sua incapacidade. Se há alternativas médicas viáveis e é possível a escolha de uma delas, não vemos por que não possa o paciente continuar decidindo acerca do tratamento que mais lhe convém, considerando-se seus sentimentos, valores e crenças.

A valorização da pessoa humana, não como mero conjunto de órgãos, mas dotada de individualidade própria, como sujeito de direitos, induz-nos a deplorar qualquer violação à autonomia do paciente, por entender que afrontaria direitos humanos fundamentais consagrados. É necessário garantir a escolha esclarecida de tratamento médico e, assim, preservar a maior conquista da humanidade: o respeito à dignidade do ser humano.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JR., Ruy Rosado de. Responsabilidade civil do médico. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). **Direito e medicina: aspectos jurídicos da medicina.** Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

_____. _____. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 84, n. 718, p. 33-53, 1995.

ALONSO, Paulo Sergio Gomes. **Pressupostos da responsabilidade civil objetiva.** São Paulo: Saraiva, 2000.

ALTAVILA, Jayme de. **Origem dos direitos dos povos.** 5. ed. São Paulo: Ícone, 1989.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito romano.** 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, v. I

ALVIM, Agostinho. **Da Inexecução das obrigações e suas consequências.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

ANDRADE JÚNIOR, Attila de Souza Leão. **Comentários ao novo código civil: parte geral.** Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. I

ANDRADE, Christiano Augusto Corrales de. **Da Autonomia da vontade nas relações de consumo.** São Paulo: Editora de Direito, 2002.

ANJOS, Márcio Fabri dos. Bioética: abrangência e dinamismo. In: BARCHIFONTAINE, Christian de Paul de; PESSINI, Leo (Orgs.). **Bioética: alguns desafios.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002, p. 17-34.

ARCHER, Luís. Três comentários breves à nova convenção. In: SILVA, Paula Martinho da. **Convenção dos direitos do homem e da biomedicina.** Lisboa: Cosmos, 1997, p. 13-15

AVELAR, Juarez Moraes. **Cirurgia plástica: obrigação de meio e não obrigação de fim ou de resultado.** São Paulo: Hipócrates, 2000.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Código civil comentado**. Coordenação de Álvaro Villaça Azevedo. São Paulo: Atlas, 2003. v. II

_____. **Teoria geral das obrigações: responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Teoria geral dos contratos típicos e atípicos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

AZEVEDO, Álvaro Villaça; NICOLAU, Gustavo Rene. **Código civil comentado: da pessoa e dos bens**. Coordenação de Álvaro Villaça de Azevedo. São Paulo: Atlas, 2007. v. I

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BALDOCCHI, Giulia. **Il Consenso informato alla sperimentazione farmaceutica in italia e nord america: una prima comparazione**. Tesi. 2004. 118 f. Università Di Pisa, 2004.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

_____. Direito de recusa de pacientes submetidos a tratamento terapêutico às transfusões de sangue, por razões científicas e convicções religiosas. **Revista dos Tribunais**, v. 90, n. 787, p. 493-507, maio 2001.

BAÚ, Marilise Kostelnaki. **O Contrato de assistência médica e a responsabilidade civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

BAYO, Magdalena Palomares; SERRANA, Javier López y García de la (Coords.). **El Consentimiento informado en la práctica médica y el testamento vital**. España: Comares, 2002.

BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. **Princípios de ética biomédica**. Tradução de Luciana Pudenzi. São Paulo: Loyola, 2002.

BENNETT, J. Claude; PLUM, Fred (Ed.). A Medicina como vocação e profissão. In: GOLDMAN, Lee; AUSIELLO, Dennis. **Cecil – Tratado de medicina interna**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BEVILAQUA, Clovis. **Código civil dos estados unidos do Brasil**: edição histórica. Rio de Janeiro: Rio, 1977. v. 1

_____. **Código civil dos estados unidos do Brasil**: obrigações. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926. v. 5, Tomo 2

BILANCETTI, Mauro. **La Responsabilità penale e civile del medico**. 3. ed. Italia: CEDAM, 1998.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito das obrigações**. 2. ed. rev., atual. e ampl. por Carlos Alberto Bittar Filho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Direito do consumidor**. 6. ed. rev. atual. e ampl. por Eduardo C. B. Bittar. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **Direito dos contratos e dos atos unilaterais**. 2. ed. rev. atual. e ampl. por Carlos Alberto Bittar Filho. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Os Direitos da personalidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Reparação civil por danos morais**. Atualização Eduardo Carlos Bianca Bittar. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. **Responsabilidade civil nas atividades nucleares**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BONFANTE, Pietro. **Istituizioni de diritto romano**. 3.ed. riveduta ed ampliata. Milano: Società editrice libraria, 1923.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Direito de morrer digamente: eutanásia, ortotanásia, consentimento informado, testamento vital, análise constitucional e penal e direito comparado. In: SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite (Org.). **Biodireito: ciência da vida, os novos desafios**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 295-296.

_____. **Disponibilidade dos direitos de personalidade e autonomia privada**. São Paulo: Saraiva, 2005. (Col. Prof. Agostinho Alvim)

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. Responsabilidade civil – erro médico (II). **Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil**, Porto Alegre, v. 1, n. 4, p. 128-151, mar./abr. 2000.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11 out. 2007.

BRIZ, Jaime Santos. **La Responsabilidad civil: derecho sustantivo y derecho procesal**. Madrid: Montecorvo, 1993.

BROWN, Rowine H. Task force on pediatric research, informed consent, and medical ethics. **Pediatrics**. Disponível em: <<http://www.cirp.org/library/ethics/AAP/1976.html>>. Acesso em: 10 jan. 2001.

BUERES, Alberto J. **Responsabilidad civil de los médicos**. 2. ed. Buenos Aires: Hammurabi, 1994.

BÜRGERLICHES Gesetzbuch. Disponível em: <<http://dejure.org/gesetze/BGB>>. Acesso em: 30 dez. 2007.

BYK, Christian. Realidad y sentido de la bioética en el plano mundial. **Cuadernos de Bioética**, Buenos Aires, v. 2, n. 1, p. 61-71, 1997.

CAHALI, Yussef Said. **Dano moral**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

CALCERRADA, Luis Martínez. **Derecho médico: derecho médico general y especial**. Madri: Tecnos, 1986. v. 1

CALÒ, Emanuele. **Bioética: novos derechos y autonomia de la voluntad**. Buenos Aires: La Rocca, 2000.

CAMILLO, Carlos Eduardo Nicoletti et. al. **Comentários ao código civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 3. ed. Lisboa: Almedina, 1999.

CARBONIER, Jean. **Derecho civil**. Barcelona: Bosch, 1971. T. II, v. III

CARVALHO, José Carlos Maldonado de. **Iatrogenia e erro médico sob o enfoque da responsabilidade civil**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2005.

_____. **Responsabilidade civil médica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Destaque, 2001.

CASES, José Maria Trepas. **Código civil comentado**. Coordenação de Álvaro Villaza Azevedo. São Paulo: Atlas, 2003. v. VIII

CASTRO, João Monteiro de. **Responsabilidade civil do médico**. São Paulo: Método, 2005.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. _____. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CERNICCHIARO, Luiz Vicente. Anteprojeto do código penal (parte especial). In: TOLEDO, Francisco de Assis et al. **Reforma penal**. São Paulo: Saraiva, 1985, p. 40.

CHAVES, Antônio. **Tratado de direito civil: responsabilidade civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985. v. 3

CHINELLATO, Silmara Juny. Comentários aos artigos 1.º a 21. In: MACHADO, Antônio Cláudio da Costa (Org.). **Código civil interpretado**. Coordenação de Silmara Juny Chinellato. Barueri, SP: Manole, 2008.

CIFUENTES, Santos. **Derechos personalísimos**. 2. ed. Buenos Aires: Astrea, 1995.

CLAVREUL, Jean. **Ordem médica: poder e impotência do discurso médico**. Tradução de Colégio Freudiano do Rio de Janeiro; Jorge Gabriel Noujaim, Marco Antonio Coutinho Jorge e Potiguara Mendes da Silveira Jr. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CLOTET, Joaquim. **Bioética: uma aproximação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____. O Consentimento informado nos comitês de ética em pesquisa e na prática médica: conceituação, origens e atualidade. **Revista Bioética**, Conselho Federal de Medicina, Brasília, v. 3, n. 1, p. 51-59, 1995.

CLOTET, Joaquim; GOLDIM, José Roberto (Org.); FRANCISCONI, Carlos Fernando. **Consentimento informado e a sua prática na assistência e pesquisa no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CODE Civil Français. Disponível em: <<http://www.legifrance.gouv.fr/>>. Acesso em: 30 dez. 2007.

CODICE Civili Italiano. Disponível em: <http://www.jus.unitn.it/Cardozo/Obiter_Dictum/codciv/Lib4.htm>. Acesso em 30 dez. 2007.

CÓDIGO Civil Argentino. Disponível em: <<http://www.redetel.gov.ar/Normativa/Archivos%20de%20Normas/CodigoCivil.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2008.

CÓDIGO Civil de Quebec. Disponível em: <<http://www.canlii.org/qc/legis/loi/ccq/20071114/tout.html>>. Acesso em: 08 jan. 2008.

CÓDIGO Civil Espanõl. Disponível em: <<http://civil.udg.edu/normacivil/estatal/CC/INDEXCC.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2007.

CÓDIGO Civil Francês. Disponível em: <<http://www.droit.org/code/CCIVILL0-1108.html>>. Acesso em: 29 jan. 2009.

CÓDIGO Civil Português. Disponível em:
<<http://www.portolegal.com/CodigoCivil.html>>. Acesso em: 06 jan. 2008.

COHEN, Cláudio; MARCOLINO, José Álvaro Marques. Relação médico-paciente: autonomia e paternalismo. In: SEGRE, Marco; COHEN, Claudio (Orgs.). **Bioética**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999, p. 51-62.

COLLEGE DES MEDECINS DU QUEBEC. **Les Aspects légaux, déontologiques et organisationnels de la pratique médicale au Québec**. Montréal, Québec, 2e trimestre 2006.

COLLINS, Larry; LAPIERRE, Dominique. **Freedom at midnight**. New York: Simon and Schuster, Inc., 1975.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.621, de 16 de maio de 2001. **Conselho Federal de Medicina**. Brasília, 06 jun. 2001. Disponível em:
<<http://www.portalmedico.org.br/novoportal/index5.asp>>. Acesso em: 11 out. 2007.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relação médico-paciente: elo a ser resgatado. **Jornal do Cremesp**, São Paulo, v. 18, n. 146, p. 8-9, out. 1999.

_____. Resolução n.º 81, de 9 de junho de 1997. **Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo**. São Paulo, 19 jun. 1997. Disponível em:
<http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CRMSP/resolucoes/1997/81_1997.htm>. Acesso em: 19 jan. 2009.

CONVENÇÃO para a proteção dos direitos do homem e da dignidade do ser humano face às aplicações da biologia e da medicina. Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/convbiologiaNOVO.html>>. Acesso em: 29 jan. 2009.

CONVENÇÃO sobre os direitos da criança da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php>. Acesso em: 29 jan. 2009.

CORNU, Gérard. **Etud comparee de la responsabilite delictuelle en droit prive et en droit public**. Reims: Matot-Braine, 1951.

CORRÊA, Alexandre; SCIASCIA, Gaetano. **Manual de direito romano**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

CORTÉS, Julio César Galán. **Responsabilidad médica y consentimiento informado**. Madrid: Civitas, 2001.

COSTA, Carlos Celso Orcesi da. **Código civil na visão do advogado: responsabilidade civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. v. 3

COULANGES, Fustel de. **A Cidade antiga**. Tradução de Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: Hemus, 1975.

COUTINHO, Léo Meyer. **Código de ética médica comentado**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. **Responsabilidade ética, penal e civil do médico**. Brasília: Brasília Jurídica, 1997.

CRETELLA JÚNIOR, J. **Curso de direito romano**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

CROCE, Delton; CROCE JUNIOR, Delton. **Erro médico e o direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CUNHA, Sérgio Pereira da; MATTHES, Ângelo do Carmo Silva. **Consentimento informado em ginecologia, obstetrícia e mastologia: manual de orientação**. Rio de Janeiro: MEDCI, 2000.

CUPIS, Adriano de. **Instituzioni di diritto privato**. 2. ed. Milano: Giuffrè, 1980.

DECLARAÇÃO de Helsinque. Disponível em: <<http://www.wma.net/s/policy/b3.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2009.

DECLARAÇÃO universal de direitos humanos. Disponível em:
<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em:
20 jan. 2008.

DEMOGUE, René. **Traité des obligations em general** : effets des obligations. Paris:
Librairie Arthur Rousseau, 1931. v. 2, Tome VI

_____. **Traité des obligations em general**: sources des obligations. Paris: Librairie
Arthur Rosseau, 1925. Tome V

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 4. ed. São Paulo: Atlas,
1994.

DIAS, João Álvaro. Procriação assistida e responsabilidade médica. **Boletim da
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, Coimbra, Portugal, p. 221 et seq.,
1996.

DIAS, Jorge Figueiredo; MONTEIRO, Jorge Sinde. Responsabilidade médica em
Portugal. **Revista Forense**, v. 289, p. 53-76, jan./mar. 1985.

DIAS, José de Aguiar. **Da Responsabilidade civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
v. I

_____. _____. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. v. II

_____. _____. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

_____. **Da Responsabilidade civil**. 11. ed. rev. e atual. de acordo com o Código Civil de
2002 e aumentada por Rui Berford Dias. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DIAS, Sérgio Novais. **Responsabilidade civil do advogado na perda de uma chance**.
São Paulo: LTr, 1999.

DIGESTO di Giustiniano, Liber Nonus, Dig. 9.2.7.8, Ulpianus 18 ad edictum. Disponível
em: <<http://www.filodiritto.com/diritto/romano/digestogiutiniano9.htm>>. Acesso em: 28
dez. 2007.

DIGESTO di Giustiniano, Liber Nonus, Dig.9.2.8, Gaius libro septimo ad edictum provinciale. Disponível em:
<<http://www.filodiritto.com/diritto/romano/digestogiutiniano9.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2007.

DIGESTO di Giustiniano, Liber Primus, Dig. 1.18.6.7, Ulpianus 1 opin. Disponível em:
<<http://www.filodiritto.com/diritto/romano/digestogiutiniano1.htm>>. Acesso em 29 dez. 2007.

DINIZ, Maria Helena. **Código civil anotado**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Comentários à parte geral do novo código civil. In: SILVA, Regina Beatriz Tavares da (Coord.). **Novo código civil comentado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 7

_____. **Curso de direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 7

_____. **Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 3

_____. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1

_____. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 2

_____. **Dicionário jurídico**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. v. 1

_____. **O Estado atual do biodireito**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DINIZ, Maria Helena. **O Estado atual do biodireito.** São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. **Tratado teórico e prático dos contratos.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 4

_____. _____. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1

_____. _____. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 2

DIREITO, Carlos Alberto Menezes; CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Comentários ao novo código civil:** da responsabilidade civil. Coordenação de Sálvio de Figueiredo Teixeira. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. XIII

DUGNANI, Marco. **Il Consenso del paziente al trattamento medico-chirurgico.** Tesi. 1999. 205 f. Facoltà di Giurisprudenza - Università degli Studi di Milano, 1999.

DURAND, Guy. **Introdução geral à bioética.** São Paulo: Loyola, 2003.

FABIAN, Christoph. **O Dever de informar no direito civil.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FARMER, Shannon; WEBB, David. **Your body, your choice:** the layman's complete guide to bloodless medicine and surgery. Singapore: Media Marters, 2000.

FÁVERO, Flaminio. **Medicina legal:** introdução ao estudo da medicina legal, identidade, traumatologia. 12. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário eletrônico Aurélio versão 5.0.** 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREYRA, Roberto Vazquez. **Prueba de la culpa médica.** 2. ed. Buenos Aires: Hammurabi, 1993.

FORTES, Paulo Antonio de Carvalho. **Ética e saúde:** questões éticas, deontológicas e legais, tomada de decisões, autonomia e direito do paciente, estudo de casos. São Paulo: EPU, 1998.

FORTES, Paulo Antonio de Carvalho. O Consentimento informado na atividade médica e a responsabilidade dos tribunais. **Justiça e Democracia: Revista Semestral de Informação e Debates**, n. 2, p. 185-197, jan./jun. 1996.

_____. Reflexões sobre a bioética e o consentimento esclarecido. **Bioética**, Conselho Federal de Medicina, Brasília, v. 2, n. 2, p. 129-135, 1994.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Comentários ao código de ética médica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

_____. **Direito médico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundo Editorial BYK, 2003.

FRANÇA, Rubens Limongi. Direitos da personalidade I. In: _____. (Coord.). **Enciclopédia Saraiva de direito**. São Paulo: Saraiva, 1979.

_____. Responsabilidade aquiliana e suas raízes. In: CAHALI, Yussef Said (Coord.). **Responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

FURROW, Barry R. et al. **Bioethics: health care law and ethics**. 3. ed. St. Paul, EUA: West, 1997.

_____. **Liability and quality issues in health care**. 3. ed. St. Paul: West, 1997.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: obrigações**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. **Novo curso de direito civil: responsabilidade civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 3

_____. **Novo curso de direito civil: parte geral**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 1

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito civil: obrigações**. São Paulo: Atlas, 2008. v. 2

GARAY, Oscar E. **Derechos fundamentales de los pacientes**. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2003.

GARAY, Oscar E. **Código de derecho médico**. Buenos Aires: Ad Hoc, 1999.

GARCIA, Enéas Costa. **O Direito geral da personalidade no sistema jurídico brasileiro**. 2005. 321 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GERARD, Paul Frédéric. **Manuel élémentaire de droit roman**. Quatrième édition. Paris: Arthur Rousseau, 1906.

GIOSTRI, Hildegard Taggesell. **Erro medico à luz da jurisprudência comentada**. Curitiba: Juruá, 1999.

_____. **Responsabilidade médica: as obrigações de meio e de resultado: avaliação, uso e adequação**. Curitiba: Juruá, 2002. (Pensamento Jurídico, v. 5)

GODOY, Roberto. A Responsabilidade civil no atendimento médico e hospitalar. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 89, n. 777, p. 87-116, jul. 2000.

GOGLIANO, Daisy. **Direitos privados da personalidade**. 1982. 426 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

GOLDIM, José Roberto. **Consentimento informado: primeiro uso em sentença judicial**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/salgo.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2009.

_____. **Pesquisa em seres humanos sem a utilização de consentimento informado**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/conssem.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2008.

GOMES, Hélio. **Medicina legal**. 21. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1981.

GOMES, Júlio César Meirelles. A Bioética e a relação médico-paciente. **Jornal Medicina**, Conselho Federal de Medicina, Brasília, v. 14, n. 109, p. 8-9, set. 1999.

GOMES, Orlando. **Contratos**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Comentários ao código civil**. Coordenação de Antonio Junqueira de Azevedo. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 11

_____. **Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. III

_____. **Direito civil brasileiro: direito das obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Direito civil brasileiro: parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 1

_____. **Direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. IV

_____. **Responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 7

GONZÁLEZ-TORRE, Angel Pelayo. **La Intervención jurídica de la actividad médica: el consentimiento informado**. Madrid: Dykinson, 1997. (Cuadernos “Bartolome de las Casas”, n.º 5)

GORDON, Richard. **A Assustadora história da medicina**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

GRANDE, Lydia Feito. ¿Por qué bioética? In: _____. (Ed.). **Estudios de bioética**. Madrid: Dykinson, 1997, p. 4-18.

GRINOVER, Ada Pellegrini et. al. **Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

GUARINO, Antonio. **Diritto privato romano**. Napoli: Jovene, 2001.

HALL, Mark A.; ELLMAN, Ira Mark; STROUSE, Daniel S. **Health care law and ethics**. St. Paul: West Group, 1999.

HIGHTON, Elena I.; WIERZBA, Sandra M. **La Relación médico-paciente: el consentimiento informado.** Buenos Aires: Ad-Hoc, 1991.

_____. _____. 2. ed. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2003.

HOOFT, Pedro Federico. **Bioética y derechos humanos: temas y casos.** Buenos Aires: Depalma, 1999.

HOTTOIS, Gilbert; PARIZEAU, Marie-Hélène. **Dicionário da bioética.** Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

HUBAUX, Jean-Marie. **Les Droits et obligations du patient.** Louvain-la-Neuve: Bruylant-Academia, 1998.

HUMANAE Vitae. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae_po.html>. Acesso em: 30 dez 2002.

HUNGRIA, Nelson; FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Comentários ao código penal.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980. v. 6

IHERING, Rudolf von. **Abreviatura de el espíritu del derecho romano.** Traduzido por Fernando Vela. Buenos Aires: Revista de Occidente, 1947.

ITURRASPE, Jorge Mosset. **Responsabilidad civil del médico.** Buenos Aires: Editorial Astrea de Alfredo y Ricardo Depalma, 1985.

JABUR, Gilberto Haddad. **Liberdade de pensamento e direito à vida privada: conflitos entre direitos da personalidade.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

JESUS, Damásio E. de. **Direito penal: parte geral.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

JOSSERAND, Louis. **Derecho civil: teoría general de las obligaciones.** Tradução de Santiago Cunchillos y Manterola. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América / BOSCH y Cía, 1950. v. 1, Tomo II

JOSSERAND, Louis. **L'évolution de la responsabilité**: evolutions et actualites. Paris: Recueil Sirey, 1936.

KFOURI NETO, Miguel. **Culpa médica e ônus da prova**: presunções, perda de uma chance, cargas probatórias dinâmicas, inversão do ônus probatório e consentimento informado... São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. **Responsabilidade civil do médico**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

KRAUT, Alfredo Jorge. **Los Derechos de los pacientes**. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1997.

KÜHN, Maria Leonor de Souza. **Responsabilidade civil**: a natureza jurídica da relação médico-paciente. São Paulo: Manole, 2002.

LA DÉCLARATION des droits de l'homme et du citoyen. France, 26 août 1789. Préambule. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/histoire/dudh/1789.asp>>. Acesso em: 30 jan. 2009.

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos direitos humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LANDMANN, Jayme. **Judaísmo e medicina**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

LAURENT, François. **Principes de droit civil français**. Bruxelles: Bruylant-Christophe & Cie, 1878. v. 20

LEI das XII Tábuas, Tábua VIII, dispositivo n.º 2. In: CÓDIGO de Hamurabi. Código de Manu (livros oitavo e nono). Lei das doze Tábuas. Supervisão editorial Jair Lot Vieira. Bauru, SP: Edipro, 2000.

LEPARGNEUR, Hubert. **Bioética, novo conceito**: o caminho do consenso. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. Dignidade... alma secreta da bioética? In: GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética**: poder e injustiça. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 481-486.

LIGIERA, Wilson Ricardo. **A Responsabilidade civil do médico diante da recusa de transfusões de sangue por Testemunhas de Jeová.** 2003. 374 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito da Universidade Paulista, Campinas, SP, 2003.

_____. Os Princípios da bioética e os limites da atuação médica. **Revista Ibero-Americana de Direito Público**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 20, p. 410-427, out./dez. 2005.

_____. Tutelas de urgência na recusa de transfusão de sangue. In: ALMEIDA, Jorge Luiz de (Coord.). **Temas sobre tutela de urgência.** São Paulo: Arte & Ciência, 2002, p. 157-179.

LIMA, Alvino. **Culpa e risco.** 2. ed. Atualizada pelo Prof. Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. (RT Clássicos)

_____. **Da Culpa ao risco.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

LIMA, Gilberto Baumann de. **Consentimento informado na relação entre profissionais, instituições de saúde e seus pacientes.** Londrina: G. B. de Lima, 2005.

LIMA, Gilberto Baumann de; ROBERTO, Luciana Mendes Pereira. Relação da bioética com o direito – administração dos riscos. In: URBAN, Cícero de Andrade. **Bioética clínica.** Rio de Janeiro: Revinter, 2003, p. 70-75.

LISBOA, Roberto Senise. **Responsabilidade civil nas relações de consumo.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de direito civil: fontes acontratuais das obrigações – responsabilidade civil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995. v. 5

LOPEZ, Teresa Ancona. **Nexo causal e produtos potencialmente nocivos: a experiência brasileira do tabaco.** São Paulo: Quartier Latin, 2008.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Responsabilidad civil de los médicos.** Buenos Aires: Rubinzal – Culzoni, 1997. Tomo I

_____. **Responsabilidad civil de los médicos.** Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 1997. Tomo II

LOTUFO, Renan. **Código civil comentado**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2003. v. I

MAFFEIS, Marta Rodrigues. **Contribuição ao estudo da responsabilidade civil do médico à luz do direito romano**. 2004, 209f. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MAGALHÃES, Tereza Ancona Lopez. **O Dano estético**: responsabilidade civil. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. Responsabilidade civil dos médicos. In: CAHALI, Yussef Said. (Coord.). **Responsabilidade civil**: doutrina e jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. **O Dano estético**: responsabilidade civil. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MALUF, Carlos Alberto Dabus. **A Transação no direito civil e no processo civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Do Caso fortuito e da força maior: excludentes de culpabilidade no código civil de 2002. In: **Novo código civil**: questões controvertidas: responsabilidade civil. São Paulo: Método, 2006. (Série Grandes Temas de Direito Privado, v. 5), p. 41-63.

MANDIÁN, Antonio Fraga; MEILÁN, Manuel María Lamas. El Consentimiento informado (el consentimiento del paciente en la actividad médico-quirúrgica). **Revista Jurídica Galega**, España, p. 71-75, 1999.

MANSON, Ceil. C.; O'NEILL, Onora. **Rethinking informed consent in bioethics**. Cambridge: Cambridge University, 2007.

MARQUES, Claudia Lima; BENJAMIN, Antônio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. **Comentários ao código de defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, José Frederico. **Tratado de direito penal**. Campinas, SP: Bookseller, 1997. v. 2

MARTÍ, Francesca Puigpelat. Bioética y valores constitucionales. In: CASADO, María (Coord.). **Bioética, derecho y sociedad**. Madrid: Trotta, 1998, p. 35-54.

MATEO, Ramón Martín. **Bioética y derecho**. Barcelona: Ariel, 1987.

MATIELLO, Fabrício Zamproga. **Código civil comentado**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2007.

_____. **Responsabilidade civil do médico**. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

MATOS, Eneas de Oliveira. **Dano moral e dano estético**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

MATTIA, Fábio Maria de. Direitos da personalidade II. In: FRANÇA, Rubens Limongi (Coord.). **Enciclopédia Saraiva de direito**. São Paulo: Saraiva, 1979.

MAZEAUD, Henri; MAZEAUD, Léon. **Traité théorique et pratique de la responsabilité civile: délictuelle et contractuelle**. Troisième édition. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1938. Tome premier

MAZEAUD, Henri; MAZEAUD, Léon; MAZEAUD, Jean. **Leçons de droit civil**. Sixième édition. Paris: Montchrestien, 1978. Tome deuxième

MCCONNELL, Terrance. **Inalienable rights: the limits of consent in medicine and the law**. Oxford: Oxford University, 2000.

MEDINA, Adolfo Alvarez. Los Testigos de Jehová y la cuestión de la sangre: el aspecto religioso implicado. **Revista Latinoamericana de Derecho Médico y Medicina Legal**, Costa Rica, p. 3-8, 1996.

MELO, Nehemias Domingos de. **Responsabilidade por erro médico**. São Paulo: Atlas, 2008.

MERRELL, Kenneth W. **Behavioral, social, and emotional assessment of children and adolescents**. 2. ed. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 2003.

MIGLIORE, Alfredo Domingues Barbosa. **Direitos da personalidade *post mortem***. 2006. 375 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal: parte geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1992. v. 1

_____. **Manual de direito penal: parte especial**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2005. v. 2

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. **Tratado de direito privado**. Campinas, SP: Bookseller, 2000. T. LIII

MONTEIRO, Washigton de Barros. **Curso de direito civil: direito das obrigações**, 2.^a parte. 35. ed. rev. e atual. por Carlos Alberto Dabus Maluf e Regina Beatriz Tavares da Silva. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. **Curso de direito civil: parte geral**. 41. ed. atual. por Ana Cristina de Barros Monteiro França Pinto. São Paulo: Saraiva, 2007.

MORA, Fernando Guzmán; DELGADILLO, Eduardo Franco; GUTIÉRREZ, Manuel Cadena. **¿Por qué se demanda a los médicos?** Disponível em: <http://www.medicolegal.com.co/ediciones/2_1996/porque_medi.htm>. Acesso em: 26 dez. 2007.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Direitos fundamentais: teoria geral, comentários aos arts. 1.º a 5.º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998. (Coleção temas jurídicos)

MORAES, Irany Novah. **Erro médico e a lei**. 4. ed. São Paulo: LEJUS, 1998.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil: contratos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 3

_____. **Curso de direito civil: responsabilidade civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2008. v. 7

NADER, Paulo. **Curso de direito civil: obrigações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NALINI, José Renato. A Responsabilidade penal do médico. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). **Direito & medicina: aspectos jurídicos da medicina**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire de. Da Relação jurídica médico-paciente: dignidade da pessoa humana e autonomia privada. In: SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Biodireito e direito ao próprio corpo: doação de órgãos, incluindo o estudo da lei n. 9.434/97**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 115-118.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. **Código de processo civil comentado e legislação extravagante em vigor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

_____. **Novo código civil e legislação extravagante anotados**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

_____. **Código civil comentado**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NEVES, Carlos. A. P. **Bioética: temas elementares**. Lisboa: Fim de Século, 2001.

NOGUEIRA, Simone T. A. Comentários, caso clínico. **Revista Bioética**. Disponível em: <<http://www.cfm.org.br/revista/411996/caso7.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2003.

NONATO, Orosimbo. **Da Coação como defeito do ato jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1957.

NORONHA, Fernando. **Direito das obrigações**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1

NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano; SERRANO, Yolanda Alves Pinto. **Código de defesa do consumidor interpretado**. São Paulo: Saraiva, 2003.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Comentários ao código de defesa do consumidor: direito material (arts. 1.º a 54)**. São Paulo: Saraiva, 2000.

NUNES, Rizzato. **O Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Comentários ao código de defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Mariana Massara Rodrigues de. **Responsabilidade civil dos médicos**. Curitiba: Juruá, 2007.

OLIVEIRA, Simone Born de. **Da Bioética ao direito: manipulação genética & dignidade humana**. Curitiba: Juruá, 2004.

PACHECO, Newton. **O Erro médico: a responsabilidade penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1991.

PALMER, Michel. **Problemas morais em medicina: curso prático**. Tradução de Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Loyola, 2002.

PANASCO, Wanderby Lacerda. **A Responsabilidade civil, penal e ética dos médicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

PANISA, Patricia. **O Consentimento livre e esclarecido na cirurgia plástica**. São Paulo: RCS, 2006.

PARAGUASSÚ, Lisandra. MEC suspende vestibular e corta vagas em 4 cursos de medicina. **O Estado de S. Paulo**, 4 dez. 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/vidae/not_vid288592,0.htm>. Acesso em: 25 jan. 2009.

PATÍÑO, Ana Paula Corrêa. **Limitações ao direito de recusar tratamento médico ou intervenção cirúrgica**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PAVÓN, Pilar Gómez. **Tratamientos médicos: su responsabilidad penal y civil**. Barcelona: Bosch, 1997.

PEDROTTI, Irineu Antonio. **Responsabilidade civil**. 2. ed. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 1995. v. 1

PELAT, Charles A. **Manuale juris synopticum in quo continentur justiniani institutiones**. 5. ed. Parisiis : Henricum Plon, 1870.

PELLEGRINO, Edmund D. La Relación entre la autonomía y la integridad en la ética médica. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, Washington, DC, 1990.

PENNEAU, Jean. **La Responsabilité du médecin**. Paris: Dalloz, 1992.

PENTIMA, Maria Gabriella. **L'onere della prova nella responsabilità medica**. Milano: Giuffrè, 2007.

PEREIRA, André Gonçalo Dias. O Dever de esclarecimento e a responsabilidade médica. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 94, n. 839, p. 69-109, set. 2005.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: contratos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. 3

_____. **Instituições de direito civil: introdução ao direito civil, teoria geral de direito civil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. 1

_____. **Responsabilidade civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. **Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

PESSINI, Léo. **Distanásia**: até quando investir sem agredir? Disponível em: <<http://www.cfm.org.br/revista/bio1v4/distanasia.html>>. Acesso em: 15 fev. 2003.

PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian de Paulo de. **Problemas atuais de bioética**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

PINHO, Angela. MEC ameaça punir 17 cursos de medicina com notas ruins. **Folha de S. Paulo**, 30 abr. 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u396934.shtml>>. Acesso em: 25 jan. 2009.

PINTO, Jimena Soledad Pérez. **La Pervivencia de la lex aquilia en la legislación civil chilena.** 1999. Memoria (Licenciado en Ciencias Jurídicas y Sociales) – Facultad de Derecho, Universidad Central de Chile, Santiago, Chile, 1999.

PLANIOL, Marcel; RIPERT, Georges. **Traité pratique de droit civil français.** Paris: [s.n.], 1952. v. 6

PREVOT, Juan; CHAIA, Rubén. **La Obligación de seguridad.** Buenos Aires: Hammurabi, 2005.

PRUX, Oscar Ivan. **Responsabilidade civil do profissional liberal no código de defesa do consumidor.** Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

RABINOVICH-BERKMAN, Ricardo D. **Responsabilidad del médico.** Buenos Aires: Astrea, 1999.

RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. **O Dever de informar dos médicos e o consentimento informado.** Curitiba: Juruá, 2006.

RESTREPO, María Patricia Castaño de. **El Consentimiento informado del paciente en la responsabilidad médica.** Bogotá, Colombia: Temis, 1997.

RESTREPO, Patricia Castaño et al. **Contrato médico y consentimiento informado.** Buenos Aires: Universidad, 2001.

RIPERT, Georges. **Le Régime démocratique et le droit civil moderne.** Paris: Générale de Droit et de Jurisprudence, 1936.

RIZZARDO, Arnaldo. **Responsabilidade civil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ROBERTO, Luciana Mendes Pereira. **Responsabilidade civil do profissional de saúde & consentimento informado.** Curitiba: Juruá, 2006.

ROCHA, Cleonice Rodrigues Casarin da. **A Responsabilidade civil decorrente do contrato de serviços médicos.** Rio de Janeiro: Forense, 2005.

RODRIGUES, João Vaz. **O Consentimento informado para o acto médico no ordenamento jurídico português.** Coimbra: Coimbra, 2001.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil:** parte geral. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **Direito civil:** responsabilidade civil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 4

_____. **Dos Vícios do consentimento.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1982.

ROMANELLO NETO, Jerônimo. **Responsabilidade civil dos médicos.** São Paulo: Jurídica Brasileira, 1998.

ROSÁRIO, Grácia Cristina Moreira do. **A Perda da chance de cura na responsabilidade civil médica.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

SÁ, Elida. **Biodireito.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1999.

SÁ, Fernando Oliveira. **Clínica médico-legal da reparação do dano corporal em direito civil.** Coimbra, Portugal: APADAC, 1992.

SÁ, Maria de Fátima Freire de. **Direito de morrer:** eutanásia, suicídio assistido. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

SÁNCHEZ, Cristina López. **Testamento vital y voluntad del paciente.** Madrid: Dykinson, 2003.

SANTOS, Antonio Jeová. **Dano moral indenizável.** 3. ed. São Paulo: Método, 2001.

_____. _____. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. **Função social, lesão e onerosidade excessiva nos contratos.** São Paulo: Método, 2002.

SANTOS, João Manuel de Carvalho. **Código civil brasileiro interpretado:** direito das obrigações. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1938. 32v. v. 21

SANTOS, Leonardo Vieira. **Responsabilidade civil médico-hospitalar e a questão da culpa no direito brasileiro.** Salvador: Juspodivm, 2008.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. **O Equilíbrio do pêndulo. A Bioética e a lei: implicações médico-legais.** São Paulo: Ícone, 1998.

SAVATIER, René. **Traité de la responsabilité civile en droit Français.** 10. ed. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1951. 2 v. Tome II, n. 775

SCHAEFER, Fernanda. **Responsabilidade civil dos planos e seguros de saúde.** Curitiba: Juruá, 2006.

SEGRE, Marco. Da Mente e do coração. **Boletim da Sociedade Brasileira de Bioética,** São Paulo, v. 1, n. 1, jun. 1999.

_____. Definição de bioética e sua relação com a ética, deontologia e diceologia. In: SEGRE, Marco; COHEN, Cladio (Orgs.). **Bioética.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999, p. 23-29.

SGRECCIA, Elio. **Manual de bioética:** fundamentos e ética biomédica. Tradução de Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 1996. v. I

_____. **Manual de bioética:** aspectos médico-sociais. Tradução de Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 1997. v. II

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico.** 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, Regina Beatriz Tavares da. Pressupostos da responsabilidade civil na área da saúde: ação, dano e nexos causal. Fundamentos da responsabilidade civil na área da saúde: culpa ou risco. A prova. In: _____. (Coord.). **Responsabilidade civil na área da saúde.** São Paulo: Saraiva, 2007.

SILVA, Wilson Melo da. **O Dano moral e sua reparação.** 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense, 1969.

SILVA, Wilson Melo da. **Responsabilidade sem culpa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1974.

SINGER, Peter A.; SIEGLER, Mark. Ética clínica na prática da medicina. In: GOLDMAN, Lee; AUSIELLO, Dennis. **Cecil – Tratado de medicina interna**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SOARES, Orlando. **Responsabilidade civil no direito brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

SORIANO, Aldir Guedes. **Liberdade religiosa no direito constitucional e internacional**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

SOUSA, Rabindranath Valentino Aleixo Capelo de. **O Direito geral de personalidade**. Coimbra: Coimbra, 1995.

SOUZA, Neri Tadeu Camara. **Responsabilidade civil e penal do médico**. Campinas, SP: LZN, 2003.

STANCIOLI. **Relação jurídica médico-paciente**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil: doutrina e jurisprudência**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Processos por erro médico no STJ aumentaram 200% em seis anos. **Coordenadoria de Editoria e Imprensa**. 09 nov. 2008. Disponível em: <http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=89920>. Acesso em: 29 jan. 2009.

SZTAJN, Rachel. Consentimento informado e o projeto de código civil. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 36, n. 109, p. 93-97, jan./mar. 1998.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil: lei de introdução e parte geral**. São Paulo: Método, 2005.

TEPEDINO, Gustavo. A Responsabilidade médica na experiência brasileira contemporânea. **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 41-75, abr./jun. 2000.

TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA; Heloisa Helena; MORAES; Maria Celina Bodin de. **Código civil interpretado conforme a Constituição da República**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. v. I

_____. _____. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. v. II

THE BELMONT Report, April 18, 1979. Disponível em:
<<http://depts.washington.edu/bioethx/tools/princpl.html>>. Acesso em: 27 jan. 2009.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Dano moral**. 5. ed. São Paulo: Juarez Oliveira, 2007.

TOBEÑAS, José Castan. **Los Derechos de la personalidad**. Madrid : Instituto Edit. Reus, 1952.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

TOMASETTI JR., Alcides. O Objetivo de transparência e o regime jurídico dos deveres e riscos de informação nas declarações negociais para consumo. **Revista do Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 4, p. 52-90, 1992. In: RAGAZZO, Carlos Emmanuel Joppert. **O Dever de informar dos médicos e o consentimento informado**. Curitiba: Juruá, 2006.

TRIBOULET, Annabel. **Le Consentement éclairé**. [S.l.] : Centre Hospitalier d'Armentières, 2001.

TUNC, André. A Distinção entre obrigações de resultados e obrigações de diligência. Tradução de Véra Jacob de Fradera. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 89, n. 778, p. 755-764, ago. 2000.

VALLER, Wladimir. **A Reparação do dano moral no direito brasileiro**. 5. ed. Campinas, SP: E.V., 1997.

VAN OOSTEN, Ferdinand. **The Doctrine of informed consent in medical law.** Frankfurt am Main; Bern; New York; Paris: Lang, 1991.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil:** contratos em espécie e responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Direito civil:** parte geral. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Direito civil:** teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIDELA, Mirta. **Los Derechos humanos em la bioética.** Buenos Aires: Ad-Hoc, 1999.

VILLELA, João Baptista. **O Novo código civil brasileiro e o direito à recusa de tratamento médico. Roma e America:** diritto romano comune. Roma: Mucchi, 2003, p. 55-64.

YÁGÜEZ, Ricardo de Angel. **Responsabilidade civil por actos médicos:** problemas de prueba. Madrid: Civitas, 1999.

WEINGARTEN, Célia et al. **Relación médico-paciente.** 2. ed. Mendoza: Jurídicas Cuyo, 2000. (Responsabilidad, 2 – Carlos A. Gherzi (Dir.).)

WESTERMANN, Harm Peter. **Código civil alemão:** direito das obrigações: parte geral. Tradução de Armindo Edgar Laux. Porto Alegre: Fabris, 1983.

WHITE, Becky Cox. **Competence to consent.** Washington: Georgetown, 1994.

ZACHARIAS, Manif. **Dicionário de medicina legal.** 2. ed. São Paulo: IBRASA; Curitiba: Ed. Universitária Champagnat, 1991.

ZULIANI, Ênio Santarelli. Inversão do ônus da prova na ação de responsabilidade civil fundada em erro médico. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 811, p. 43-66, maio 2003.

RIASSUNTO

Questa dissertazione ha come scopo lo studio della responsabilità civile dei medici, tema che desta l'interesse della società sin dai tempi più remoti. L'essere umano, a causa della sua fragilità e suscettibilità a malattie e ferimenti, ebbe sempre bisogno di appellare a coloro che, per vocazione, curiosità o addirittura per ciarlataneria, si presentavano come detentori dell'arte di curare. A seconda dell'attuazione del medico, però, il trattamento impiegato potrebbe procurare al paziente il ristabilimento della sua salute oppure, se realizzato invece senza le attenzioni e conoscenze occorrenti, condurlo perfino alla morte. Inoltre, sin dall'antichità si cercò di stabilire i criteri di responsabilizzazione del professionista della sanità ed il fondamento dell'eventuale riparazione. Con l'evoluzione dei diritti umani, il paziente abbandonò la posizione di mero oggetto dell'intervento medico per assumere la posizione di soggetto di diritti. Si capì che l'intervento nel corpo di una persona potrebbe essere realizzato soltanto dopo ottenuta la sua autorizzazione. Gli studi bioetici misero in rilievo il principio dell'autonomia del paziente, facendo emergere la cosiddetta "dottrina del consenso informato". La presente ricerca esamina gli indirizzi che la responsabilità civile dei medici sta prendendo negli ultimi tempi, in particolare davanti allo sviluppo di questi nuovi concetti. Analizza la specie di obbligo assunto dal professionista della sanità e le conseguenze del suo inadempimento, tenendo in conto soprattutto il diritto che ogni persona ha di decidere riguardo il tipo di trattamento a cui desidera o meno essere sottomessa, dopo di ricevere dal medico le dovute informazioni sulle diverse opzioni terapeutiche, nonché dei loro possibili rischi e benefici. Consiste di un'ampia ricerca bibliografica, con la rilevazione e l'analisi di libri e articoli dottrinari, nazionali e stranieri, nonché di una investigazione giurisprudenziale su siti dei Tribunali e su riviste specializzate. Analizza la necessità della giusta riparazione dei danni medici procurati, puntando sempre su maggior rispetto ai diritti del paziente, al fine della valorizzazione della vita, della libertà e della dignità dell'essere umano.

Parole-chiavi: Responsabilità. Medico. Paziente. Consenso. Informazione.

ABSTRACT

This dissertation has as objective to study the civil liability of physicians, a theme that has been of interest to the society since the ancient times. The human being, due to its fragility and susceptibility to diseases and wounds, has always needed to look for those who, by call, curiosity or even fraud, presented themselves as capable of curing. Depending, however, on the performance of the doctor, the treatment could provide the patient with the restablishment of his/her health or, on the other hand, be performed with lack of care and skills required, even leading to death. Also, since ancient times, we have tried to establish the criteria of responsibility of the health care professional and the basis for eventual compensation. With the evolution of human rights, the patient has abandoned the position of mere object of medical intervention to take over the position of an individual with rights. There is the understanding that intervening in the body of a person can only be performed after obtaining the authorization by such person. Bio-ethical studies pointed out to the principle of patient's autonomy, resulting in the so-called "doctrine of informed consent". The present study takes into consideration the direction that medical civil liability has been taking over the last times, especially upon the development of these new concepts. It analyzes the type of obligation assumed by the health care professional and the consequences of noncompliance, taking into account mainly the right that each person has to decide on the type of treatment which he/she is willing or not to be submitted to, after receiving from the doctor the due information about the different therapeutic options, as well as its possible risks and benefits. This work consists of an extensive bibliographic research, searching for and analyzing books and educational articles, national or international ones, as well as consisting of a jurisprudential research on websites of specialized platforms and magazines. It considers the need of a fair compensation for medical damages caused, aiming at more respect towards the patient's rights, while pursuing to value life, freedom and human dignity.

Keywords: Responsibility. Doctor. Patient. Consent. Information.